ESTADO DE RORAIMA
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA
Assembleia Legislativa

Boa Vista-RR, 28 DE SETEMBRO DE 2009 Editado conforme Resolução nº 041/08 Edição 716 Páginas: 08

MESA DIRETORA
DEPUTADO MECIAS DE JESUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
1º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO JOSÉ REINALDO
2º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO DAMOSIEL L. DE ALENCAR
3º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADA MARÍLIA PINTO
1ª SECRETÁRIA

DEPUTADO REMÍDIO MONAI
2º SECRETÁRIO

DEPUTADO ROSINALDO ADOLFO
3º SECRETÁRIO

DEPUTADO MARCELO CABRAL
4º SECRETÁRIO

DEPUTADO ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
DEP. RODOLFO BRAGA - PRESIDENTE
DEP. JALSER RENIER – VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS
DEP. RONALDO TRAJANO - PRESIDENTE
DEP. ERCI DE MORAES - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE
DEP. IONILSON SAMPAIO - PRESIDENTE
DEP. ZÉ REINALDO - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE
DEP. CÉLIO WANDERLY - PRESIDENTE
DEP. MARCELO CABRAL - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
DEP. LÚCIA PEIXOTO - PRESIDENTE
DEP. RAUL LIMA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL
DEP. CHICÃO DA SILVEIRA - PRESIDENTE
DEP. LEONÍDIO LAIA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DAS MINORIAS
DEP. FLAMARION PORTELA - PRESIDENTE
DEP. SARGENTO DAMOSIEL - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE ÉTICA PARLAMENTAR
DEP. FLÁVIO CHAVES - PRESIDENTE
DEP. NALDO DA LOTERIA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E ASSUNTOS INDÍGENAS
DEP. AURELINA MEDEIROS - PRESIDENTE
DEP. IONILSON SAMPAIO - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
DEP. IVO SOM - PRESIDENTE
DEP. CHICO GUERRA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE VIAÇÃO, TRANSPORTES E OBRAS
DEP. TIÃO PORTELLA - PRESIDENTE
DEP. RONALDO TRAJANO - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO AOLESCENTE E DO IDOSO E DE AÇÃO SOCIAL
DEP. MARÍLIA PINTO - PRESIDENTE
DEP. SOCORRO SIMÕES - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DEP. ERCI DE MORAES - PRESIDENTE
DEP. CHICÃO DA SILVEIRA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS E MERCOSUL
DEP. LEONÍDIO LAIA - PRESIDENTE
DEP. REMÍDIO MONAI - VICE-PRESIDENTE

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 1863ª SESSÃO, EM 09 DE SETEMBRO DE 2009.
38º PERÍODO LEGISLATIVO DA 5ª LEGISLATURA.
ORDINÁRIA
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.
(Em exercício)

Às nove horas do dia nove de setembro de dois mil e nove, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a milésima octingentésima sexagésima terceira Sessão Ordinária do trigésimo oitavo Período Legislativo da quinta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - havendo quorum regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, bem como a Ata da Sessão Itinerante do Município de Amajarí.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**).

(Lida as Atas).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior e a Ata da sessão Itinerante, realizada no Município de Amajarí.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada as referidas Atas.

Solicito à Senhora Primeira Secretária, proceder à leitura do Expediente.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Ofício nº 0123/2009, do Gabinete do Deputado **José Reinaldo**, de 03/09/2009, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias no período de 04 a 08 de setembro de 2009.

EXTERNOS:

- Ofício Circular nº 06/2009, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de 31/08/2009, comunicando a transferência de recursos destinados a manutenção de serviços de Ação Continuada.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Gostaria de informar aos Senhores Deputados que temos Ordem do Dia. Portanto, se os Senhores Deputados puderem abreviar seus pronunciamentos, seria importante para todos nós, até porque, depois da Sessão plenária, queremos poder discutir com os senhores o Projeto de Lei que trata da questão fundiária e das terras e chegarmos a alguma conclusão, verificarmos a possibilidade de votar, talvez, ainda hoje no período da tarde, atendendo uma necessidade emergente do nosso Estado, conforme o pedido do Governador **Anchieta** que pretende, com a vinda do Presidente **Lula**, pela primeira vez na história, enquanto Presidente no Brasil, a Roraima, sendo o único Estado Brasileiro que o Presidente não conhece. Seria bom que ele pudesse entregar um título definitivo aqui, para que ele soubesse o gesto dele, embora, tardio. Mas, como me ensinou minha mãe, é melhor tarde do que nunca. A gente vai fazer esse benefício ao povo do nosso Estado e ele reconheceu isso, embora tarde, a gente vai agradecer. Se a gente puder votar ainda hoje, vamos estar atendendo, além da necessidade da nossa sociedade, um pedido do Governador para votarmos com brevidade.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Bom-dia, Senhor Presidente, Mesa Diretora desta Casa, Senhores amigos, pares deste ilustre Poder Legislativo, senhoras e senhoras, imprensa, funcionário de um modo geral, sejam bem vindos.

Peço permissão à mesa para que eu possa pegar o material e apresentar aos meus colegas a respeito do que vinha anunciando, há muito tempo, inclusive, a questão Raposa/Serra do Sol. Senhor Presidente, desde quando acompanhamos a questão do desenrolar da questão Raposa/ Serra do Sol, inclusive com a retirada dos arrozeiros daquelas áreas. Nós vínhamos anunciando durante todo tempo, da grande perda que Roraima teria se tirassem aqueles produtores dali, não só 06 produtores como falaram na época, mas hoje a gente vê diretamente no bolso do consumidor, a gente vê quantas pessoas foram desempregadas. Estive em Brasília, conversando com o empresário **Paulo César Quartiero**, quando todos são sabedores da ida dele para Guiana, enquanto o Governo Federal expulsa os brasileiros do Brasil, outros países os acolhem. Há pouco mais de um ano, esse mesmo quilo de arroz do meu Estado, produzido aqui, o arroz faccio, pouco mais de um ano ele não ultrapassava o preço de um real e quarenta e nove centavos, desde que começou a questão ele não passou de 1,19, poucos mais de dois anos, esse mesmo arroz que é produzido no nosso Estado, o arroz Faccio. Esse outro arroz, também produzido em Roraima, o arroz Prato Chic, também com o mesmo valor na época. Se comparados os dois anos, até hoje também não ultrapassava de 1,50. O mesmo arroz de cinco quilos, que era produzido, que também ainda é, em outra área que não demarcada, o arroz Tio Ivo, de cinco quilo, também na época com o mesmo preço. Equiparando o nosso arroz, que chega a ter 95 de grãos inteiro, quase 100% de arroz tipo I, por incrível que pareça, nós aqui na época mandávamos o nosso arroz para Manaus, Venezuela, Guiana, Belém, até Fortaleza. Encontrei no pão de açúcar, e provei isso com nota fiscal no ano passado. O arroz de Roraima lá no Ceará, como o Acostumado e outros. Em um período de pouco mais de dois anos até hoje, inverteu, e muito, a situação. Esse mesmo arroz que era comprado por esse preço, hoje ele é comercializado no mercado de Roraima a 2,10 o quilo, o mesmo pacote de 05 quilos de arroz Tio Ivo. Antigamente, nós comprávamos na Venezuela o arroz brasileiro. Pasmem, Vossas Excelências, hoje, já se encontram em Boa Vista, muitos empresários, inclusive, na periferia, vendendo produtos da Venezuela. E, na Venezuela, mais barato ainda. O mesmo arroz que apresentei cujo preço é R$ 2,00 o quilo. O arroz Água Branca, produzido na Venezuela com ótima qualidade, custa vinte mil bolívares os cinco quilos, cerca de seis reais. Aqui, há dois anos atrás, dizíamos que o nosso arroz que é produzido aqui, deixou de gerar empregos, prejudicando o Estado de Roraima. Na verdade, quem ia pagar a conta não era o Governo Federal, nem o Governo Estadual e nem o Governo Municipal, mas, sim, o contribuinte, lá na fonte, lá no bolso. E, nós conversando com alguns empresários locais, inclusive, já estou providenciando uma Audiência Pública com o Presidente da Comissão de Indústria e Comércio, após a vinda de Foz do Iguaçu, onde a FECOR, a FECOMÉRCIO, e todas as demais associações já me pediram isso, pois todos estão querendo fazer inscrições no SENAT e no SEINT da Venezuela para importarmos arroz de lá para Roraima. Então, o que nós já tínhamos de bom para oferecer e vender, nós temos que comprar de fora. Peço a Deus que na vinda do Presidente **Lula**, quem sabe se ele não possa ver com bons olhos os empresários que aí estão como o arroz Itikaua, com arroz Tio Ivo, Faccio, Prato Chic, Centenário e outros arrozeiros que temem que façam, ainda, novas demarcações indígenas em Roraima. Faço referência a Truaru e à antiga Fazenda Bamerindus, pegando a Serra da Moça, onde os próprios arrozeiros e os desintrusados da Raposa Serra do Sol estão assentados. Os próprios empresários da Indústria de Arroz comparam todo o gasto de irrigação em Roraima, com o mesmo arroz de irrigação produzido na Venezuela e na Guiana. Segundo o **Paulo César Guartiero** havia me dito em Brasília que muitos outros empresários de arroz estão com visita marcada à Guiana. Temos, agora, uma reunião marcada com todos os produtores de arroz, soja e outros produtos do Estado de Roraima. Era mais para explicar e para não deixar na dúvida o que venho falando a todo tempo, principalmente cerca de dois anos, quando produzíamos o arroz e o vendíamos barato. Deputado **Laia**, se brincar, vamos ter que comprar todo o fim se semana na Venezuela, porque eles já nos oferecem o leite mais barato, o arroz e outros gêneros.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Guerra** – Deputado **Ivo**, quero aqui fazer a defesa de nossos arrozeiros. É verdade que eles são sofridos, mas eles são hábeis. Estive este final de semana na região Tamandaré, onde o ITIKAUA vai plantar uma área maior da que ele plantou aqui em Mucajaí. Não precisou ir para a Guiana nem para a Venezuela. E, muitos deles têm se virado para fazer esse plantio. Agora, arroz de R$ 2,20, isso é um absurdo. Nossos arrozeiros não pagam imposto. O arroz ao qual o Senhor se refere, é subsidiado. Não sei se os Senhores acompanharam, mas um dia destes, **Chavez** tomou todas as usinas, toda a produção de arroz e disse: o arroz aqui agora será a esse preço e acabou. Por isso que o preço é esse que Vossa Excelência diz, porque lá é altamente subsidiado, como é para os nossos produtores aqui. Não sei o porquê de estar nesse preço. Nos supermercados de Manaus, a gente acha arroz do Rio Grande do Sul com um preço mais baixo do que o praticado em Roraima. Eu não aceito essa história. Alguns dizem: Não, porque fechou Raposa Serra do Sol, o preço do arroz dobrou. Não, esperem, aí, tem muito arroz estocado, a gente sabe que a maioria dos produtores o retém. Quero crer que hoje a produção relativa à Raposa Serra do Sol, se estiver com 10%, 15% de diferença é muito, a partir do ano que vem vai zerar, porque estão todos plantando áreas do mesmo tamanho ou maiores do que a de antes. Eles foram injustiçados? Foram. Temos que cuidar deles? Temos. Mas, também, mostrar arroz da Venezuela aqui não dá, pois esse aí é subsidiado, e muito.

O Senhor Deputado **Ivo som** continua. – Muito obrigado, Senhor Deputado. Com certeza, em Manaus, já se encontra arroz por R$ 1,70, que vem do Sul do País. Inclusive, um empresário amigo meu disse que lá tem arroz de Roraima que eles vendem mais barato que aqui, isso eu não entendo. Por isso, vou solicitar a realização de uma Audiência Pública a respeito da questão do arroz, para sabermos se estão cobrando a mais do que devem, para podermos fiscalizar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Deputado **Ivo**, eu tenho na conta de um parlamentar lutador, atuante e esforçado, mas o tema em que Vossa Excelência está mexendo é muito mais complexo do que possa parecer. Não se pode, jamais, pegar uma zona, exceção de livre comércio, com uma outra nossa que está em fase de implantação, e trazer isso para discussão comparativa de preço de produtos. O que eu acho que precisamos fazer é construir uma agenda positiva para o Estado de Roraima. Não adianta chorarmos sobre o leite derramado. Nós já perdemos aquela batalha, o que resta agora é pegarmos o resto que ainda temos de potencial e tocar para frente. Eu concordo com o Presidente **Chico Guerra**, o cultivo do arroz irrigado será ainda maior do foi até agora. Para conhecimento de Vossa Excelência, todas as várzeas dos rios de Roraima são propícias ao cultivo de arroz irrigado. Elas só não são todas iguais onde se plantava o arroz por esses cinco arrozeiros, que era até um privilégio [illegible] todo País, se faziam duas colheitas no mesmo local, enquanto que no Br[illegible] inteiro, no meu Estado, que é o maior produtor de arroz deste País, nunca se fazem duas colheitas por ano porque o clima não deixa, há um período chuvoso e frio que impede a produção de arroz irrigado e, mesmo assim, esses arrozeiros faturam, ganham dinheiro e trazem esse arroz para Manaus a preço competitivo com o nosso aqui. Falo isso com conhecimento de causa, pois tenho gente na minha família que trabalha nesse ramo como representante comercial. Então, queria apenas contribuir com Vossa Excelência nesse particular. Acho que o que nós precisamos é fazer com que a nossa Área de Livre Comércio deslanche, que o nosso comerciante se conscientize que ele tem que se adequar aos novos tempos, caso contrário, vamos ver se repetir a situação de Manaus, pois hoje não tem manauara com expressão no comércio, são todos comerciante de fora, porque o comerciante de lá fez a mesma coisa, não quis repassar os benefícios, e o comerciante do Ceará, de São Paulo e de outros locais que têm mais tradição e conhecimento do ramo, vêm e tomam conta do espaço. Nós corremos esse risco aqui se continuarmos apegados a esse nosso bairrismo que não nos leva a nada. Temos que olhar para frente e fazer com que esqueçamos, de momento, essa história dos arrozeiros. É lamentável, sim, eles ganhavam, construíram uma situação, tiveram um grande mérito, não tiro deles, mas fomos tolhidos pelo Governo Federal em uma série de pressão e não foi possível continuar, mas não podemos ficar, eternamente, na reclamação. Temos que ir para frente, mais ou menos isso. Não sou contra.

O Senhor Deputado **Ivo Som** continua – Muito obrigado, Deput[illegible] Mas, Deputado, não é assim que pensam os arrozeiros. Já estão se mobilizando, se preparando, toda a classe produtora de Roraima para colocarmos de frente ao Presidente **Lula**. Então, é uma situação difícil. Agora, o que eu não posso fazer é me furtar de cobrar o bem que vai direto para a sociedade. A esse papel eu não vou me furtar, não. Vou citar aqui quantas vezes forem necessárias, até porque Boa Vista, Senhor Presidente, é Área de Livre Comércio. Então, estão enganando o meu povo. Cadê os incentivos que ofereceram? Depois que homologaram as terras de Raposa/Serra do Sol, eles tomaram as terras dos produtores e, depois que transferiram a ALC para Boa Vista, cadê os benefícios? Acabei de falar com o Deputado **Edio Lopes** que me convidou para que, juntos, mesmo com a situação do arroz, como todos os produtos como geladeira, fogão e outros que adentram o Estado, nós possamos fazer um frente e, amanhã, em audiência às 3h, na Câmara Municipal de Boa Vista, uma frente para juntos sabermos quais são os benefícios que o nosso povo está tendo. Se em Santa Helena o arroz é R$ 1,20, onde é Zona de Livre Processamento, e se lá tem os benefícios, por que em Roraima criaram a ALC e não deram o benefício? Isso é um absurdo. Se os arrozeiros produzem, se têm mais terras, parabéns, acertaram. Mas, o que não podemos fazer, concordando com Vossa Excelência, é permitir que o supermercado venda para o consumidor pagar a conta com R$ 2,10. Se tem que ser R$ 1,65, baixem o preço, fiscalizem. Então, acredito que temos que cobrar e lutar, pois Roraima tem a Zona Franca, deverá ter os benefícios fiscais que deverão chegar até a sociedade. Agora, o que não pode é o Governo Federal atropelar, tomar as áreas. Concordo, é um assunto vencido, Deputado **Erci de Moraes**, não podemos voltar atrás, apesar das ações que ainda tramitam no STF. Então, Roraima tem que continuar a produzir, creio que seja no Truaru ou em qualquer outro lugar. E, graças a Deus, o STF pediu que os índios se retirassem. A doutora **Denise** me falou, ontem, que os índios têm

15 dias para deixar as áreas da invasão do Truaru. Isso é muito bom, Deputado **Naldo**, porque mostra que ali, como o **Edvan** que era um desintrusado, como ele sempre brincou, como **Gerônimo** e como outros, estão arrendando suas terras, estão tentando um diálogo com produtores e arroz, para alugarem suas terras e faturar. Isso é bom, que vai gerar emprego. Então, nós não vamos parar, nós vamos até o fim e a hora é agora. Falei ontem aos produtores, de irmos juntos para frente do aeroporto e pegar a primeira porrada para, juntos, fazermos a manifestação para que o **Lula** respeite Roraima, como terra de brasileiros. Eu estarei na frente deles e estarei vestido de arroz. Vou fazer uma roupa bem bonita para ele. Somos de Roraima e somos produtores. O povo quer trabalhar. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, queria, hoje, levar ao conhecimento da Assembleia Legislativa uma preocupação muito grande. Todos nós nos lembramos que há poucos dias estiveram aqui nesta Tribuna universitários da UFRR, depois nós fizemos uma Audiência Pública, Deputado **Chicão da Silveira**, com o Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Roraima e, também, abrimos espaço, aqui, para que os alunos se manifestassem. E, nós que fazemos parte da sociedade de Roraima, agradecemos o fato de existir uma Instituição de ensino superior, pois qual o povo, qual a sociedade que não quer ter uma instituição de ensino superior. Uma Universidade significa boa formação de nossos jovens, o bom preparo de nossos jovens para construir um futuro melhor para si e para o conjunto da sociedade. Lembro-me, Deputada **Marília Pinto**, que os estudantes que aqui estiveram, disseram o seguinte: "Nós só queremos estudar, nós só queremos um ensino de qualidade, nós só queremos estar preparados para contribuir para o crescimento e engrandecimento de Roraima". Essa foi a expressão utilizada pelos nossos alunos aqui. Tanto eles, como nós, reconhecemos a importância da Universidade, mas eles estavam reivindicando melhor condição de estudo, bibliotecas e um maior número de professores. Hoje, falo desse assunto porque acendeu uma luz amarela, para não dizer, uma vermelha. A Assembleia Legislativa, ao aprovar a mensagem enviada a este Poder pela Universidade estadual, ela fez seu papel com galhardia, ela entregou para a sociedade uma instituição que, com certeza, hoje, embora com dificuldades, mas vai garantir um futuro melhor. E, agora, o MEC avaliou as instituições de ensino superior no Brasil inteiro e, eu digo que acendeu a luz amarela, para não dizer a vermelha, porque a Universidade Federal de Roraima ficou em 171° colocação. Ela foi detentora das três piores notas do Brasil, apesar de ser uma instituição nova, a oportunidade de começar, deve também começar bem, começar com estrutura, para que possa realmente ser referência, balizamento paras as demais instituições de ensino superior.

Então, já fizemos o nosso papel, ao realizar essa audiência pública, o Reitor explicou as dificuldades, mas há que ter uma decisão de governo no sentido de se investir mais nessa universidade, no sentido de dotar a nossa universidade estadual com mais condições para que possa realmente atender aos anseios de todo conjunto da sociedade, na formação dos nossos jovens.

Queria ainda, aproveitando a oportunidade, para repetir o que eu já disse aqui da tribuna da Assembleia Legislativa. Eu tive a oportunidade de experimentar os servidores concursados em estágio probatório, também o Brigadeiro **Ottomar** os experimentou em estágio probatório. Mas, a partir do Governador **Anchieta**, os servidores, já vencido o estágio probatório, efetivados, organizados em categorias, é natural que comece a surgir também uma pressão para obtenção dos seus direitos. Essa organização a exigir de forma organizada e respeitosa aquilo que lhe pertence, mas é negado.

Os sindicatos dos mais variados segmentos representativos dos servidores têm feito essas lutas. Agora, os professores, há 31 dias em greve preocupa a sociedade, afeta o processo ensino/aprendizado dos nossos filhos, mas os professores estão buscando aquilo que lhes foi negado. Disse e repito, a única categoria do Estado de Roraima, que tem data base fixado em lei, é a categoria dos professores. A data base de reajuste dos professores, é fevereiro, o Governo passou sem dar a devida atenção, sem dar a eles a oportunidade de discutir se esse reajuste seria de nada, se convencido fosse, de 1, 2, 10% é o que o Governo poderia financeiramente honrar. Não foi feito isso, infelizmente o Governo descumprindo aquilo que está estabelecido na legislação. Ontem mesmo, ao receber um documento do SINTRAIMA, passei a analisá-lo com mais profundidade, e vou dar aqui para cada um dos Senhores que queiram acessar o site do Tesouro Nacional, www.tesouro.fazenda.gov.br/traferençasinstituciona. Vocês vão ler, e acessar lá no site os repasses de FPE e FUNDEB que o Governo Federal fez com o Estado de Roraima, de janeiro a agosto e, comparando de janeiro a agosto, também com janeiro e agosto do ano passado, vou ler aqui para os Senhores.

Janeiro de 2008, nós tivemos algo em torno de 81 milhões de FPE; em janeiro de 2009, 83 milhões de FPE; fevereiro de 2008, 89 milhões; fevereiro de 2009, 79 milhões; março de 2008 70 milhões; março de 2009, 62 milhões; abril de 2008, 81 milhões; abril de 2009, 74 milhões; maio e junho, tivemos valores superiores no ano passado; maio de 2008, 85 milhões; maio de 2009, 88 milhões; junho de 2008, 74 milhões; junho de 2009, 76 milhões; julho de 2008, 67 milhões; julho de 2009, 58 milhões; agosto de 2008 81 milhões; 2009, 68 milhões; total 631 milhões em 2008, e 588 milhões em 2009, uma diferença de 42 milhões representando somente uma redução, Deputada **Marília Pinto**, Deputado **Erci de Moraes**, de 6.79% de FPE desses oito primeiro meses do ano. Em contrapartida, no mesmo site do tesouro nacional, nós encontramos o FUNDEB com uma elevação de 4.17% a mais, o FUNDEB de 2009 está superior ao FPE de 2008. Estou fazendo essa colocação porque enfrentamos realmente um momento de crise. O Estado tem uma retração de receita, sim, mas os servidores, através do SINTRAIMA, sindicato que agrega os servidores de nível básico e médio estão reivindicando só e somente só o reajuste de 5.9%, só a reposição do CPA, eles não estão pedindo nada, Deputado **Chicão**, além de uma reposição para, pelo menos, tentar manter sua família em equilíbrio financeiro, que ele mantenha pelo menos presumivelmente a mesma capacidade de compra. Eles estão com documento endereçado ao Senhor Governador, também endereçado à Secretaria de Administração, e me entregaram uma cópia para que eu fizesse repercutir aqui.

Também, vimos durante alguns dias notas na primeira página da folha de Boa Vista, sobre o SIMPOL, sindicato dos Policiais, assim como servidores estão pedindo somente suas progressões, que é um direito líquido e certo. O tempo passa e a lei estabelece periodicamente, que ele deva ter uma progressão funcional, é legítimo em qualquer plano de cargo e salário, de plano de carreira ter suas progressões funcionais.

Então, Senhor Presidente, eu trago essa preocupação para a tribuna suscitar esse diálogo foco da boa negociação para que a gente não entre em radicalismo e com isso a sociedade não perca.

Era o que eu tinha para hoje. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** – Bom-dia, Senhores Deputados, platéia que nos honra com suas visitas, alguns Policiais Militares, presentes em nossas galerias, aguardando a aprovação do Projeto de Lei que tramita nesta Casa. Ontem pedi celeridade, Senhor Presidente, quero trazer a esta Tribuna um tema muito importante para a nossa sociedade que é a defesa da vida e a não legalização do aborto em nosso País.

Em 2007, o então Ministro da Saúde, **José Gomes Temporão**, reacendeu no Brasil a antiga discussão sobre a legalização do aborto, propondo um plebiscito para que a população pudesse votar pela não discriminação dessa prática. Diante desse fato, movimentos sociais, religiosos, institucionais e muitos outros, mobilizaram-se em mostrar aos governantes e parlamentares sua posição contrária a esse assunto, mais de 65% da população brasileira é contra qualquer forma de aborto.

Em Brasília na plenária do movimento em defesa da vida foi aprovado a Campanha Nacional "Brasil sem Aborto", de natureza suprapartidária. A campanha nasceu da compreensão de que está na hora de se construir uma união em defesa da vida de forma geral, inclusive intrauterina, desde a sua concepção. Agora, mais do que nunca temos que mostrar diante do povo roraimense e brasileiro que esta Casa Legislativa preocupa-se em combater qualquer forma de atentado à vida e ao direito humano que também constitucional, que é o direito de existir. Analisando cuidadosamente o tema, interpretando os dois pontos de vista do aborto, os pós e os contras, e levando em consideração as questões do direito, da filosofia, da ciência tanto no Brasil como em outras nações, reiterei a minha posição moral e ética e pessoal em defesa da vida, não apenas de um bebê inocente e indefeso, mas da preservação da saúde física, moral e mental das mulheres, principalmente as que não são esclarecidas, alertando-as sobre as consequências reais da prática do aborto.

Essas consequências são: infecções, perfurações, hemorragias internas e externas, anemias, frigidez sexual, esterilidade, perturbações nervosas, envelhecimento precoce, irregularidade da menstruação, maior probabilidade de câncer de mama e do colo do útero, além de problemas psicológico/ emocionais.

Nos Estados Unidos onde o aborto é legalizado, há quase meio século criou-se uma verdadeira indústria da morte que está entre as 500 maiores do mundo, substituindo maternidade por clinica de aborto, que são verdadeira fábricas de cadáveres, lembrando ainda que esta é terceira atividade ilegal mais lucrativa, perdendo apenas para as drogas e as armas.

Em 1963, ainda nos Estados Unidos ocorreram cerca de 1000 (mil) abortos. Em 73, aumentou para 750 mil casos e em 83, mais de um milhão e meio de crianças foram abortadas naquele País.

O que nos preocupa, vendo esses dados, é a naturalidade com que as mulheres cometem esse tipo de atentado à vida. Elas parecem achar normal, como trocar de roupa e cortar o cabelo. Mas o que essa indústria abortífera esconde das jovens que cometem esse ato, são os males e os efeitos colaterais deixado pelo aborto. Em outros países, verdadeira rede de ilegalidade nasceu com a prática do aborto, que usam aqueles restos mortais para os mais variados fins, como fazer produtos de beleza, experiência genética e outras coisas. Enquanto eu discurso aqui neste plenário, dezenas e centenas de vidas animais estão sendo salvas, preservadas em todo mundo, quando 182 crianças, neste mesmo momento, estão sendo abortadas ou assassinadas segundo estatísticas de organizações não governamentais que lutam pela vida.

Uma pesquisa feita na Europa demonstra que a maioria das nações permite a prática do aborto, 70% das mulheres entrevistadas afirmaram que não teriam cometido o aborto se esta prática não fosse legalizada, e se não existisse tanta facilidade em fazê-la. Facilidade essa que na verdade é verdadeira plantação de ilusões regada pela indústria abortífera. No Brasil cerca de 200 mulheres morrem a cada um milhão de aborto praticado. Mas, ao dar esses dados, o SUS não revela quantos casos são de

abortos espontâneos, ilegais ou até mesmo permitido judicialmente conforme a lei. E, falando em lei, todos os direitos os quais criamos e defendemos como a inviabilidade do direito à vida, à liberdade, igualdade, segurança e à propriedade, está esculpido no artigo 5º da Constituição, dependem do simples direito de ter a vida. Esse direito é o mais fundamental de todos, já que se constitui um pré-requisito a existência ao exercício de todos os demais direitos como garante a nossa Constituição Federal.

Portanto, o direito de existir que se inicia com a fecundação do óvulo pelo espermatozóide, cabe ao Estado assegurá-lo em sua dupla concepção, sendo a primeira relacionada ao direito de continuar a viver, a segunda é ter uma vida digna.

Os Senhores acreditam, há pessoas que defendem o aborto em nosso país com discurso para que as mulheres pobres possam abortar seus filhos para não serem futuros ladrões, e criminosos na nossa sociedade. Isso é simplesmente inadmissível. Tenham a certeza de que em nosso país se as mulheres tivessem seus empregos garantidos, melhor acesso à educação e à saúde, como um todo, incluindo o pré-natal, acompanhamento social e psicológico, as mães enfrentariam todas as dificuldades sem optar pelo aborto de seus filhos.

Atualmente no Brasil, 93% dos abortos acontecem devido às questões sociais, incluindo o comodismo, a falta de prevenção e orientação, promiscuidade covarde e pressão, tanto familiar como profissional. Aproximadamente 1% dos abortos cometidos no Brasil, tem como causa a violência sexual ou estupro. Os casos de risco de vida da mãe chegam a 6% e, nessa situação, a Constituição permite a prática do aborto não tendo porque liberar em outras situações.

Dizer que o problema do aborto mereça um debate nacional é, no mínimo, um desperdício de dinheiro. Na verdade, não deve passar da tentativa de grandes empresas que tenham acesso ao nosso meio de comunicação com esse tema, oferecendo verdadeiras medidas para tentar convencer nossas mães brasileiras e, consequentemente, as mães roraimenses abortar seus bebês, e votar a favor da legalização dessa monstruosa violência.

Atualmente existem pelos menos 06 tipos de métodos contraceptivos, com a função de prevenir à gravidez impedindo a fecundação. Ou seja, não formando a vida, mesmo a população mais carente de educação no Brasil tem no mínimo acesso a um desses tipos de prevenção, tem conhecimento de não prevenção. Dizem que uma lei que legaliza o aborto, obriga nenhuma mulher a abortar, mas como este pensamento estaremos dando um aval para aconteça verdadeiros assassinatos futuros que poderiam ser cidadãos brasileiros, roraimenses, o seu direito garantido pela Constituição Federal

Quero ceder o aparte ao nobre Deputado **Erci de Moraes**.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Erci de Moraes** - Deputado **Sargento Damosiel**, ouvia atentamente a exposição de Vossa Excelência, não vou entrar no mérito da questão porque está sendo muito bem colocada por Vossa Excelência, mas quero dizer que por convencimento próprio, alicerçado pela minha convicção religiosa, sou radicalmente contrário à legalização do aborto. Entendo que, desde a vida na fase uterina, enquanto o cidadão viver, é porque a vida deva ser um direito inalienável e preservado.

Portanto, não só me solidarizo com o seu pronunciamento, como coloco-me à disposição para participar dessa frente parlamentar para a qual Vossa Excelência teve a gentileza de me convidar. Era essa a contribuição que eu queria dar.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** continua. – Agradeço o aparte, Deputado **Erci de Moraes** , e Vossa Excelência sabe que o respeito e o admiro, bem como muitos Deputados aqui, por isso convidei alguns Deputados, pois tenho intenção em me manifestar um pouco mais adiante, depois desse discurso.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Marília Pinto** – É muito pertinente, positiva, essa discussão aqui na Assembleia que a gente tem que começar a discutir outras questões amplas. Considero sua iniciativa muito boa, que deva servir para outros momentos. Mas, a importância maior que eu vejo, Deputado **Sargento Damosiel**, igualmente ao Deputado **Erci de Moraes**, até como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, à semelhança de outros Deputados aqui se deva trazer essa discussão para a comissão. Mas, isso me remete a outro pensamento, não a questão da ética que trata a questão aborto e tal, mas a questão filosófica que a gente pode especular bastante aqui, a questão religiosa, princípios que nós norteiam. Mas acho que enquanto Assembleia Legislativa, eu concordo o debate sobre isso seja importante até porque a questão do aborto, eu vejo, como a questão da violência no país, é lógico que nenhuma família quer ter dissabor e a tristeza de ter alguém encarcerado, mas o Estado abandona o indivíduo em muitas situações. O Estado nega suas garantias, os seus direitos, aos mais primários possíveis, e o resultado dos abandonos é o crescimento da violência.

Na questão do aborto, nós também temos que pensar. Eu, como mulher, tenho certeza que nenhuma mulher se dirige a uma decisão como essa com absoluta tranqüilidade. Estou falando de pessoas coerentes, claro que existem situações monstruosas, mas a regra não é essa, Deputado, mas acontece. Vossa Excelência falou das creches, dos empregos, dos métodos contraceptivos, se nós sairmos daqui agora e formos ao centro de saúde e às casas de programa de saúde da família, nós dificilmente vamos encontrar esses métodos anticonceptivos à disposição das mulheres. Nós observamos ainda a questão do próprio parceiro que tem dificuldade em assumir determinados métodos anticonceptivos. Hoje já é considerada violência, homens que obrigam as mulheres a manterem relações sexuais, sem o uso de anticonceptivo, camisinhas, outros mais.

Então, isso merece uma discussão ampla, grande, importante, e necessária, e como nós estamos aqui para discutir as questões das políticas públicas que precisam estar ao alcance de todos, homens e mulheres, acho absolutamente pertinente que Vossa Excelência traga esse tema e que a gente possa iniciar a discussão ainda nesta manhã de forma profunda inclusive com grupos de representantes de entidades não governamentais, mas principalmente com os agentes públicos que têm a obrigação de garantir o direito à mulher, inclusive, a decisão sobre os seus direitos reprodutivos. Então, parabéns por essa iniciativa e conte comigo também na ampla discussão em relação à questão do aborto.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** continua. – Obrigado, Deputada, se não existe a oportunidade de contraceptivos para as mães, o nosso dever é cobrar para que haja.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Socorro Simões** – Bom-dia a todos, eu concordo com o pensamento da Deputada **Marília Pinto.** Se formos fazer uma pesquisa, principalmente no nosso Estado, a mortalidade materna na nossa maternidade estadual, é muito maior do que a mortalidade de mulheres que se submetem a um aborto, por mulheres que não têm condições de fazer um pré-natal legal. Então, se isso acontece em pleno século XX, agora, o Senhor imagina a situação de uma mulher casada, quando descobre que está grávida, uma gravidez que ela não esperava, já entra em desespero. Agora, uma mulher que sai cedo para trabalhar, é estuprada no meio da rua, ela tem o direito de escolher se quer abortar ou não. Então, Cabe lutar para que seja legalizado o aborto, para que fechem as clínicas clandestinas e que se dê o direito à mulher decidir pelo seu próprio corpo, não os homens atrás de uma mesa que vão decidir o que a mulher deve ou não fazer na vida de uma mulher. Tem de haver plebiscito em alguma coisa, e que as mulheres tenham direito a voto para poder decidir. Eu tenho um filho de 15 anos, se fosse uma menina e fosse estuprada na rua, eu como evangélica, como cristã, garanto ao senhor que iria procurar todos os meios legais para eu abortar essa criança. Porque uma criança que é gerada sem ser desejada, ela já traz grande conseqüência no seu psicológico, uma grande rejeição, que é passada da mãe para o filho. Aí dizem, "entra na justiça", uma mulher que não tem condições de ir a um posto de saúde, porque não tem como pagar uma passagem de dois reais para pegar um preservativo, não vai ter condições de entrar na justiça para ter o direito de abortar aquele filho. O Senhor sabe que no Brasil, a nossa justiça é lenta. Um aborto para ser feito é preciso que tenha até dois meses, de alto risco 03 meses, mais ou menos. Esse resultado para uma mulher pobre que não tem nem condições de lutar na justiça para abortar uma criança, pois a decisão não sai em tempo hábil. Então, o que acontece? Se joga a criança na rua, criança indesejada, sem amparo legal, o nosso sistema de adoção no Brasil é uma vergonha, você tem que provar por A mais B, que você tem condições de adotar um filho mesmo assim leva não sei quanto tempo. Então, o que acontece hoje, a criança é lançada no rio, no esgoto, no lixo, porque o próprio sistema força as mulheres a fazer uma coisa dessas.

Então, como a Deputada **Marília Pinto** falou, é uma coisa muita séria, é uma discussão que tem que ser feita, separando a religião, tem que ser feita de uma maneira consciente, com grande responsabilidade. Aí que isso não vai ser tão fácil assim não, porque proibir o aborto, enquanto não é na nossa pele, é normal, até eu proíbo, mas eu quero ver se isso acontecer na nossa pele, com os nossos familiares, será que a nossa opinião será a mesma? Eu acredito que não.

Então, respeito à opinião, e dou força para que haja realmente uma situação legal, porque do jeito que está, não pode continuar. A minha opinião é essa.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** continua. – Obrigado, Deputada, mas gostaria de dizer que a justiça não foi criada para ser lenta, ela tem que funcionar com a rapidez necessária, a legalização do aborto não impede a criação de clínicas clandestinas e o próprio sistema que tinha que funcionar, nós estamos aqui para cobrar o seu funcionamento.

É uma questão bastante polêmica. Agora, para mim, não é tão polêmica, porque eu trabalhei no resgate e conheço essa periferia, e depois dos 10 partos que você assiste, perde a conta de quantos partos vocês já fez. Acompanhei a situação em que a menina dizia: "eu não estou grávida", e eu fazia os exames preliminares, quando eu baixei um pouco a calcinha da menina, estava coroando a cabeço do menino, que nem ela sabia que estava grávida, fiz o parto ali mesmo na viatura, era uma menina muito grande. Quando eu cortei o cordão umbilical ao passar a criança para a mãe, ela disse " não quero isso". Então, é uma questão cultural.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Deputado **Sargento Damosiel,** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, primeiro quero louvar a iniciativa de Vossa Excelência em trazer esse tema ao debate na Assembleia Legislativa. Claro que é um tema polêmico, mas vou me prender em algo muito bonito e profundo. Quando Jesus Cristo disse "Eu sou o caminho, a verdade e a vida", ele quis dizer que a vida não pertence a nós, a vida pertence a Deus, ao nosso Pai, e o respeito à vida é

muito importante, é fundamental e primordial. Eu até pela minha formação religiosa , até por princípio, eu também sou contra o aborto, frontalmente contra o aborto, eu sou a favor da vida.

Então, eu quero, dizendo isso, me solidarizar com Vossa Excelência e que o que a Deputada **Marília Pinto** levantou aqui também tem sua pertinência, os problemas sociais são latentes e evidentes na nossa sociedade. Nós enquanto poder fiscalizador, Vossa Excelência já repetiu isso pelo menos duas vezes, nós devemos cobrar, mas devemos cobrar mesmo. Devemos cobrar eficientemente, com veemência para que esses programas cheguem lá na ponta, e esse programa vai da formação à prevenção. Eu posso afirmar aqui que as nossas escolas são um grande instrumento para debater temas transversais como a sexualidade, como a droga e, às vezes as nossas escolas, no final de semana, estão fechadas com cadeado enorme, quando poderiam estar debatendo temas transversais.

São Paulo lançou um programa chamado "Escola Aberta", na época do Chalita, foi um pleno sucesso. Ele pegou os universitários, dava bolsas dos mais variados cursos, para final de semana estar juntos aos alunos, desenvolvendo uma série de atividades, mas sem nunca esquecer de debater temas transversais. Fica então essa idéia, o próprio executivo tentar construir esse programa escola aberta, de modo que a sociedade se sinta integrada, inserida, participante efetivamente da escola, ou seja, que a escola esteja entrelaçada com a família e a família com a escola, se esse binômio família/escola/escola/família estiveram juntos, será possível mudar a nossa configuração sócio/econômico.

Portanto, fica aqui o meu louvor a Vossa Excelência por trazer esse tema, me posiciono a favor da vida, sempre. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Agradeço sinceramente o aparte de Vossa Excelência. Aplaudi a fala de Vossa Excelência, mas quero acrescentar uma observação. Não adianta só políticas públicas com responsabilidade sociais, que não vai resolver o problema. Quero citar um exemplo, a coisa mudou? O mundo de hoje é mais moderno? Mas as atribuições, acrescento, principalmente a fragilidade da criação familiar. A família tem muito a ver com isso, não adianta só a educação na escola, se essa formação não vier de berço. Fico triste quando vejo uma autoridade dizer que uma criança não pode trabalhar. Antigamente as famílias numerosas com meninos e meninas, aprenderam a trabalhar, apanhando. Hoje se um filho é corrigido na escola pelo professor ou pelo diretor, se for levado ao conhecimento de uma autoridade, às vezes, pode até perder o emprego.

Então, é difícil hoje, a nossa sociedade, a formação da qual ela buscou nesses últimos anos de nós termos uma sociedade preparada para fazer esse enfrentamento, mas digo a Vossa Excelência que primeiro a educação familiar, depois a pessoa ter Deus no coração, se não tiver uma religiosidade junto com tudo isso, não vamos alcançar nunca uma sociedade justa, independente dessa situação em que vivemos hoje. Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** continua. – Obrigado, Deputado **Chicão.** Senhor Presidente, no dia 29 de agosto deste ano, foi noticiado nas redes de comunicação, a criação do Comitê Roraimense da Cidadania pela Vida, Brasil sem Aborto, no qual, com muito orgulho, represento a Assembleia Legislativa. Encontram-se presentes algumas pessoas que participam voluntariamente desse comitê: como a Associação dos Artistas de Roraima, **Josemar Sousa;** o Centro de Estudos Bíblico de Roraima, Dona **Maria de Nazaré;** Centro da Cidadania "Nós Existimos", Dona **Ivone**; Centro Espírita **Alan Kardek**; Centro Espírita **Francisco de Assis**; Centro Espírita **Lírio dos Vales**; Centro Espírita **Paulo de Tarso;** Conselho de segurança Comunitário; Diocese de Roraima; Padre **Jean Franco Grasiola**; a Federação Espírita de Roraima; **Alexandre,** Presidente do Comitê presente aqui nas galerias; a Liga Roraimense de Jodô; Academia de Gestão Hospitalar, Dona **Geane**; A Igreja Novo Testamento; Igreja Luterana; Messiânica Mundial; Lar Fabiano de Cristo; Pastoral Carcerária; e a Comissão Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual de crianças e adolescentes, Dona **Socorro Santos**.

São essas as entidades que compõem este comitê, cuja programação ainda para este final de ano, que é objetiva levar à sociedade roraimense a idéia de não se legalizar o aborto no Brasil.

Queria, Senhor Presidente, me dirigir a todos vocês que tenho uma proposta, aqui em mãos, para a criação da Frente Parlamentar, Brasil sem Aborto, com objetivo de construir uma união em defesa da vida e de sua concepção. Legislando a favor do planejamento familiar e das condições necessárias para as mulheres grávidas criem com dignidade seus filhos no nosso Estado de Roraima. Muito obrigado, informo aos policiais militares aqui presentes também que o projeto da Polícia Militar vai ser votado hoje à tarde.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Solicito à Senhora Primeira Secretária proceda à leitura de proposta de emenda à Constituição, nº 02/2009.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) – (Lida a proposta de emenda à Constituição nº 02/2009).

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Constituo a Comissão para analisar a Emenda Constitucional formada pelos membros: **Chicão da Silveira, Flamarion Portela, Flávio Chaves, Jalser Renier, Naldo da Loteria e Zé Reinaldo.**

Passaremos para a Ordem do dia. Projeto de Lei 037/2009 que proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos e outro produto fumígeno derivado ou não do tabaco na forma que especifica e cria ambientes do uso coletivo livre do tabaco. De autoria da Deputada **Marília Pinto**

Projeto de Lei número 045/2008 que dispõe sobre a doação de produtos apreendidos no Estado de Roraima nos termos que especifica, de autoria da Deputada **Socorro Simões.**

Como foram distribuídas cópias aos Senhores Deputados e houve acordo para não ser lido o Projeto de Lei número 037/2009, solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura do Parecer da Comissão de Orçamento e Administração.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) – (Lido o Parecer do Relator) .

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) - Em discussão o Parecer do Relator com o Projeto.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Conforme o artigo 199, eu quero apresentar uma Emenda de Plenário.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Como tem uma Emenda de Plenário de do Deputado **Marcelo Cabral** e vários Deputados, cuja Emenda é modificativa ao inciso III do artigo XI, que passa a ter a seguinte redação. "vias públicas ambientes ao ar livre, varandas, terraços e similares."

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura do inciso III do artigo XI.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) – (Lido o inciso III do artigo XI).

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – O fato de haver uma emenda de Plenário, nós vamos discutir primeiramente a emenda, em seguida, o Projeto com o Parecer.

Em discussão a emenda.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Esse Projeto vai proibir o uso de cigarro às pessoas em estabelecimento público fechado?

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Em qualquer ambiente, repartições públicas, supermercado, bares, restaurantes etc.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – A idéia da Deputada **Marília** é válida. Eu gostaria que Vossa Excelência verificasse através da nossa consultoria, pois, salvo engano, existe um projeto da ex-Deputada **Odete Domingues** que fala do combate ao fumo, temos que ter o cuidado de não aprovar uma lei em cima de outra.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Sem querer defender o Projeto, é que o fumante tem o direito de fumar, mas os direitos coletivos se sobrepõem ao individual, e esta Lei já está sendo aplicada em vários Estado do Brasil. É uma Lei que inova em todo o País, fica a decisão de aplicar ou não em Roraima.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Embora haja uma lei que regulamenta essa questão no Brasil eu louvo a idéia da Deputado **Marília Pinto,** é de estrema simpatia para as pessoas que não fumam. Hoje o que mais se vê em estabelecimentos comerciais fechados é o uso do cigarro, que é prejudicial para quem não fuma mas acaba compartilhando um vício que você não tem. Por esses motivos certamente votarei favorável.

A Senhora Deputada **Marília Pinto** – Primeiramente eu quero esclarecer ao Deputado **Jalser Renier,** que tem uma lei municipal, do Vereador **Jader Linhares** e uma Estadual da Deputada **Odete,** elas disciplinam o local dos fumantes. A lei que está sendo proposta, ela não trata de disciplinar o local de fumantes, ela trata do tabagista passivo que está próximo do fumante ativo. Só para justificar a minha defesa contrária à proposta do Deputado **Marcelo Cabral,** eu sou contra essa proposta. Eu gostaria que os Senhores entendessem que há vários estudos que apontam o ato de fumar passivamente que não é somente um incomodo, ele compromete a vida. Os recursos que estão sendo colocado em recintos parcialmente fechados, mas que tenham um telhado, como uma varanda ou terraço não impede, não são a contaminação do tabagista passivo, principalmente dos funcionários, como os garçons que ficam em contato direto com a fumaça.

Há mais de um ano, a Assembléia Legislativa ministra palestra em várias escolas, através da minha Comissão, sobre drogas lícitas. A gente insiste que só na fumaça de cigarro existem mais de 3 mil substâncias, sendo que mais de 40 são substâncias potencialmente causadoras de câncer. Acho importante destacar pesquisas como a Organização mundial de Saúde, agência internacional pesquisas em câncer e outros órgão, voltados para o tema, e concluem que não existem níveis seguros para as pessoas que estão nessa situação. Portanto, quando maior for o tempo de exposição maiores os riscos. Estudos apontam que os vasos sanguíneos em contato com a fumaça se contraem rapidamente levando a picos de pressão arterial intensos. A fumaça do cigarro, por conta dos componentes, aumenta a adesão de plaquetas e a possibilidade de formação de trombos e acidentes vasculares celebrais e por conta disso existem locais nos Estados Unidos que não é permitido que pessoas com problemas coronariano graves, acidentes vascular/cerebral, e principalmente crianças com problemas de bronquite, asma e pneumonia estejam presentes nesses locais. Hoje, como foi dito pelo Relator, 33% das mortes evitáveis no mundo estão relacionadas ao tabagismo passivo. Eu faço questão de enfatizar essas questões para demonstrar que não adianta uma varanda ou terraço onde exista ainda uma contaminação permanente da fumaça do cigarro, porque estarão adoecendo da mesma maneira.

Quero lembrar o direito do homem e do cidadão de 1979 que diz: " liberdade é o direito de fazer tudo que não prejudique os outros". E ao buscar o aperfeiçoamento da legislação brasileira ele não está restringindo o direito individual de fumar, é permitido fumar em residências, vias públicas, estádio de futebol, mas ele cumpre o dever básico de todos, que é a saúde. Então, eu gostaria que os Senhores pensassem nessa questão com comprometimento, os demais Estados como o Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo e outros têm essa medida, e entendem que não precisam limitar porque esses processos não funcionam e comprometem da mesma maneira. Se a Emenda do Deputado **Marcelo** for aprovada de nada vai adiantar o Projeto.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) - Como tem vários Deputados querendo falar, vamos disciplinar: dois para falar a favor e 2 contra.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, essa Emenda é salutar, fui fumante por 30 anos. A pessoa que é dependente de nicotina não tem controle, não consegue cortar de uma vez. Então não podemos proibir fumar em lugar aberto, temos que ser moderados, em nome dos colegas. Temos que ser mais coerentes. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Primeiramente, quero parabenizar a Deputada **Marília Pinto** pelo Projeto. Apesar de não fumar falo a favor da Emenda, do jeito que está o Projeto ele trava todos os comerciantes, bares e locais de lazer de uso coletivo. Do jeito que está é proibido que as pessoas fumarem na orla, no bar Amarelinho, e mesmo que o bar tiver uma varanda não pode fumar. Quero dizer aos Deputados que em outros Estados como: Maranhão, Pernambuco, Distrito Federal já está aprovado da forma que está na nossa emenda, desta forma atende todos os comerciantes e também os não fumantes como eu.

O Senhor Deputado **Flávio Chaves** – Senhor Presidente, eu nunca fumei, mas eu não penso só em mim. Eu sou contra porque o objetivo, no Brasil, é acabar com o fumo, onde um dos índices mais altos de mortalidade está ligado ao fumo. O Deputado **Marcelo** citou o Estado do Maranhão que tem essa lei aprovada, eu aproveito o gancho para dar como exemplo a nossa Casa legislativa que é cheia de área aberta. Então é só sair das salas e fumar na área, mas o vento leva para dentro da sala e estará prejudicando da mesma forma. Então que interesse tem o Projeto da Deputado **Marília Pinto**. Aprovada a Emenda, os bares vão fazer varandas para os clientes fumarem que vão prejudicar os demais que não fumam. Por esse motivo sou contra.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** pede uma Questão de Ordem - Solicito que a votação da Emenda seja nominal.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede uma Questão de Ordem – Por questão de consciência a primeira Parlamentar que ligou os microfones foi a Deputada **Socorro Simões** para discutir a Matéria e foi a única que foi tolhida no direito. Por esse motivo Requeiro a Vossa Excelência que passe a palavra à Deputada.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – A Mesa decidiu democraticamente que seriam 2 Deputados contra, e 2 a favor. Mas sei que a Deputada **Socorro Simões** vai se manifestar contra a Emenda.

A Senhora Deputada **Socorro Simões** pede Questão de Ordem – Quero só dar o testemunho. Como o Deputado autor da Emenda falou, o clima do nosso Estado é quente, onde a maioria dos nossos bares e pizzaria tem varanda. Então a Emenda vai prejudicar o Projeto.

Eu tomei conhecimento que uma amiga, acompanhada de sua filha, que é asmática, foi ao Meu Cantinho. Um casal da mesa ao lado começou a fumar, a criança passou a tossir, em seguida a mãe suspendeu o pedido e foi embora sem almoçar. Então é complicado, acho que tem que ter bom senso e cuidar da saúde.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Findou ficando prejudicada porque 3 discutiram contra.

Coloco a matéria em votação, os Deputados favoráveis à emenda votam "Sim" e os Senhores Deputados que forem contra a Emenda votam "Não".

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à chamada dos Deputados para a votação.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) – procede à chamada para a votação.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros**, pede justificativa de voto - Eu não vou discutir em causa própria nem vou dizer que parei de fumar,ou que desconheço os malefícios do cigarro, mas quero lembrar uma coisa, nós já temos leis que proibem fumar em ambientes fechados, mas as pessoas continuam fumando, a fiscalização é precária e as leis recentemente aprovadas no Estado de São Paulo e outros, estão sendo contestadas judicialmente por ferir o artigo 4º da nossa Constituição Estadual, enquanto o da Federal não sei se é o mesmo, que diz que todos são iguais perante a lei. Então, é uma lei que está sendo judicialmente contestada por várias razões, claro que é horrível, deselegante, nunca fiz isso, chegar num ambiente fechado no meio das pessoas que não fumam e fumar. Eu acho que a proibição até limita o ego da pessoa, de dizer " eu não vou fumar aqui porque eu tenho vergonha", mas é uma lei de difícil controle, mas ela está sendo discutida e contestada judicialmente, porque fere o direito do fumante.

Então, eu acho que emenda do Deputado **Marcelo** dá essa abertura, pode ser que pelo fato de existir a lei, daqui a pouco, muitos nem fumem em ambiente, que seja apenas coberto, na orla, por exemplo, vai ser muito difícil, o controle. Então, para que a gente tenha lei de difícil controle, de difícil fiscalização que vai ser burlada a qualquer momento, voto a favor da emenda.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** pede justificativa de voto – Senhor Presidente, eu fui um dos que assinaram a emenda, mas ao mesmo tempo ouvi e depois refleti, é igual como se nós fizéssemos, " vou fumar só meio cigarro para me poupar da questão". Entendo, ouvia a discussão da Deputado **Aurelina Medeiros.** Na realidade todo mundo é igual perante a lei, se todos dois estivessem fumando, mas você estiver fumando e eu não, nós não somos iguais perante a lei, porque você está me prejudicando. Somos iguais quando todos estamos na mesma condição, nessa questão. Todas as ações que entraram na justiça em relação a essa lei, estão sendo derrubadas. As liminares que foram dadas estão sendo derrubadas. Eu entendo, e efetivamente acho que a **Marília Pinto** tem razão ao colocar sob esse ponto de vista. Estava dizendo aqui para o **Naldo**, que nós, os médicos, não sei se a **Marília** teve a oportunidade de ver a autópsia de um fumante e do não fumante. Quem conhece fogão de lenha do interior, é exatamente o pulmão do fumante.

Então, eu acredito se nós formos fazer uma lei para atingir meio termo, ou seja, não vamos chegar a lugar nenhum, por isso vou ser contra a emenda.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pede justificativa de voto – Senhor Presidente, eu só quero deixar registrado, há mais de quatro anos que eu não sou fumante, graças a Deus, é vício que é difícil deixar. Quero dizer que se nós não formos tolerantes, se não tivermos uma abertura, pode arrumar presídio para prender, porque o que tem aí não dá para prender todo mundo não.

Então, é preciso ser um pouco moderado. Por isso voto a favor da emenda.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** pede justificativa de voto – Senhor Presidente, eu assinei a emenda, mas depois me dei conta que fumei por mais de 20 anos, deixei graças a um chá que um amigo meu me recomendou. O chá de vergonha na cara. Portanto, pela primeira vez esta Casa vai ver o PPS dividido, mas como é um partido radicalmente democrático, eu sei que o meu colega **Marcelo** vai entender. Eu voto contra a emenda.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** pede justificativa de voto – Eu também assinei a emenda do Deputado **Marcelo Cabral,** mas estou convencido que o projeto da Deputada **Marília Pinto** perde a eficácia se essa emenda for aprovada. Portanto, em função disso, eu sou contra a emenda.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede justificativa de voto – Senhor Presidente, se a lei é para todos e como a muitos projetos cabe direito à emenda, não entendo que vá atrapalhar o projeto, mas voto a favor à emenda.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede justificativa de voto – Só vou apresentar um cálculo: a Deputada **Aurelina** consome uma carteira de cigarro por dia. Uma carteira tem 22 cigarros, para a conta ficar exata, significa que, por semana, a Deputada consome 140 cigarros, considerando que ela fume uma carteira por dia, se eu multiplicar por um mês, que são 04 semanas, a Deputada consome 560 cigarros por mês, considerando que ela fume o ano inteiro, eu multipliquei 560 por 12, significa que a Deputada **Aurelina Medeiros** consome por ano 6720 cigarros. Mas a Deputada fuma há mais de 10 anos, então fiz uma soma de apenas 10 anos do uso fruto que ela faz do cigarro. Então, são 6720 cigarros que ela consome no ano, que multiplicados por 10 anos, são 67.200 cigarros que A Deputado **Aurelina Medeiros** já colocou no seu pulmão. Se você considerar que a média de sobrevida de uma pessoa em relação a uma pessoa que não fuma, é enorme. A Deputada terá fatalmente sérios problemas com seu pulmão, se ela fosse uma pessoa que tivesse filhos, passaria para eles e eu não posso de maneira nenhuma compactuar com nada que dê ao fumante a oportunidade de continuar fumando.

Por essa razão, Deputado **Marcelo**, gosto de Vossa Excelência, parabenizo pela idéia, mas voto com a proposta original, contra sua emenda.

O Senhor Deputado **Laia** pede justificativa de voto – Senhor Presidente, eu acho que todo mundo tem que ter o seu direito, por esse motivo, tenho que compartilhar com meu pai que tem 77 anos e minha mãe 66, e eu não fumo, na minha família tem três que fumam, isso não leva ninguém a lugar nenhum, só fuma quem quer, se a pessoa quer, que fume, desde que não me prejudique. Eu sou favor da emenda.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Quero registrar com carinho a presença do nosso colega, ex-Deputado **Titonho Bezerra,** superintendente do INCRA no Estado de Roraima. Obrigado pela presença.

A Senhora Deputado **Marília Pinto** pede justificativa de voto – Eu queria esclarecer, a lei não está proibindo o direito de fumar. A lei está disciplinando o local onde os fumantes devem fumar, apenas isso, e a lei é um estupendo disciplinador. Algum tempo atrás nós andávamos de carro, estacionávamos em cima das calçadas, hoje é proibido, calçada é lugar de pedestres. Você não vê moto em cima de calçada e se você parar o seu carro, vai receber multa. Então, eu acho que tudo na vida é uma questão de educação e disciplina. Então, a lei não está tolhendo ninguém de fumar, define o local,

locais livres, vias públicas, na sua casa, no seu carro. Agora, o direito de um termina onde começa o direito do outro. Então, a lei propõe assegurar o direito do outro. Eu não sou obrigada a conviver com uma fumaça nociva, os meus filhos não são obrigados a conviver com uma fumaça nociva.

Para concluir, Deputado **Aurelina Medeiros**, tem muita lei inócua nesse país, mas nem por isso as Assembleias Legislativas deixam de existir. Então, a gente precisa fazer com que as leis sejam cumpridas e não deixar de votar o que disciplina porque a maioria das leis no país não funcionam. O meu voto é contra a emenda.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** pede justificativa de voto – É uma matéria muito polêmica, eu acho que tem que se proibir é a venda do cigarro, a bebida causa muito mais mal do que o cigarro. Então, sou a favor da emenda, se é para proibir, tem que proibir a venda de bebida, de cigarro e o carnaval.

O Senhor Deputado **Rodolfo Braga** pede justificativa de voto – Senhor Presidente, estava relembrando quando o Paulo Maluf aprovou o cinto de segurança e todos entraram na justiça dizendo que a medida não iria surtir nenhum efeito. Hoje o cinto de segurança é uma obrigatoriedade no país. Então, eu tenho convicção também que a proibição do fumo vai ter algumas ações na justiça, essa lei será também uma unanimidade no país até porque, o sistema único de saúde já não tem mais recurso para tratar dos fumantes que chegam aos hospitais. Então, vou votar contra a emenda.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** pede justificativa de voto – Senhor Presidente, eu queria, de público, parabenizar a intenção da proposta, conversei com a Deputada **Marília Pinto** e me manifestei inclusive, se ela não estivesse aqui, eu defenderia o seu projeto, parabenizar mais uma vez a Deputada, sou a favor deste projeto, mas também a favor da proposta de emenda do Deputado **Marcelo Cabral.**

O Senhor Deputado **Tião Portella** pede justificativa de voto – Senhor Presidente, eu não fumo e nem tenho por costume chegar em bares, mas quando chego num bar e encontro alguns amigos que estão tomando uma cerveja e fumando um cigarro, dá vontade de fumar também. Então, já que é ao ar livre eu sou a favor da emenda.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** pede justificativa de voto – Senhor Presidente, hoje o mundo inteiro luta pela preservação ambiental, o meio ambiente é a própria vida. Para a vida humana, vegetal, animal, o cigarro é prejudicial a todos os segmentos da vida do meio ambiente, ele é tão prejudicial como são os gases que saem das descargas dos veículos, ele é prejudicial a tudo. Então, já vi dois cunhados meus morrerem de câncer de pulmão, eram novos com 55 anos, causado pelo cigarro. Então, não posso votar a favor a algo que é prejudicial àquilo é que trabalhamos durante todo tempo, em favor ao ambiente e à vida das pessoas. Que se cuidem os fumantes porque a estatística são grandiosas dos que morrem hoje provocados pelo fumo. Sou contra a emenda e favorável ao projeto da Deputada **Marília Pinto.**

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Quero agradecer ao Deputado **Zé Reinaldo,** Vossa Excelência impediu que eu desempatasse, esse pário tão difícil. Certamente a emenda foi derrotada, por 12 votos a 10. Está rejeitada a emenda, mas seria rejeitada da mesma forma, se eu tivesse que votar, porque nós iríamos fazer um projeto que não teria sem dúvida nenhuma eficácia, a emenda embora seja de grande louvor por parte do autor da emenda, ela tira a eficácia real do projeto. E com relação a cumprir ou não a lei, o Deputado **Chicão** disse que tem que arrumar muitos presídios para prender muita gente, mas não vai ser necessário, o povo de Roraima é um povo educado e vai saber respeitar os direitos dos outros, principalmente quando se tem uma lei para ser cumprida. Esta lei será fiscalizada com poder de polícia e vai ser fiscalizada pelos próprios cidadãos. A senhora que se retirou do restaurante, conforme a Deputada **Socorro** citou. Naquele momento ela não precisava sair, chamaria a polícia que faria cumprir a lei, seria ruim para o dono do restaurante, seria vergonhoso para todo mundo.

Só quero lembrar para os senhores, o que a Deputada **Marília Pinto** já citou sobre as leis que proíbem o fumo. Elas foram iniciativa dos garçons, porque mesmo separando área para não fumantes, muitos garçons não fumantes, mas expostos a fumaça, tiveram problemas seriíssimos de saúde. O fato é que precisavam do emprego tiveram vários problemas de saúde, e foi através deles que esse sentimento veio à tona e as Assembleias Legislativas do Brasil começaram a despertar para isso.

Então, está de parabéns esta Casa, o debate da emenda é natural, salutar, está de parabéns sem dúvida nenhuma o povo de Roraima.

Coloco em discussão o Projeto de Lei.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero louvar a iniciativa da Deputada **Marília Pinto** e também o Poder Legislativo pela celeridade do tempo com que este projeto está tramitando na Casa. Isso demonstra que quando nós queremos, nós fazemos, mesmo sendo os projetos dos nossos pares. Que fique essa mesma vontade nos projetos dos outros, que venha a plenário para ser discutido e debatido. Então, louvo também a iniciativa da Assembleia Legislativa pela celeridade desse projeto.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Senhores Deputados, creio eu que todos já discutiram e que vai ser desnecessário aquela discussão mais uma vez. Portanto 03 Deputados vão discutir a favor e se tiver alguém contra eu vou relacionar.

O Senhor Deputado **Flávio Chaves** – Senhor Presidente, quero parabenizar a Deputada **Marília Pinto** pela iniciativa, e faço uma observação do que proferido por colegas Deputados, conforme nas minhas interpretação, que pode ser uma lei que não seja cumprida,mas nós estamos vendo exemplos no Brasil e no próprio Estado de Roraima sobre as leis que diziam que não iriam vigorar, estão sendo cumpridas porque a população está exigindo seu cumprimento. Cito como exemplo, o ocorrido em Fortaleza um pai que estava a beira de uma piscina, beijando sua filha, e um casal o denunciou. Hoje ele se encontra preso, eu tenho certeza que esse cidadão nunca mais fará aquilo que ele fez. Então, foi uma lei que foi lançada no Brasil, que está sendo cumprida porque a população está exigindo assim. Tenho certeza que é uma lei que será cumprida porque nós somos os fiscais e como bem disse a Deputado **Socorro Simões**, a mulher se retirou, da próxima ela não irá se retirar, vai exigir que aquele cidadão se retire do ambiente, onde ela se encontra. Por isso somos favoráveis.

A Senhora Deputada **Marília Pinto** – Primeiro, gostaria de agradecer a discussão de todos, são essas diferenças que fortalecem na tomada de decisões aqui na Assembleia Legislativa. Concordo com o Deputado **Flávio,** só para informação dos senhores, a Universidade Federal do Rio de Janeiro já detectou, através de estudos, que o Estado gastou no ano passado quase 20 milhões de reais para tratamento de fumantes passivos, milhões de reais com tabagistas passivos. Tenho certeza que a Assembleia Legislativa estará, através da assessoria de comunicação, colocando essa questão para a sociedade, como uma decisão de todos os Deputados. E a sociedade ao tomar conhecimento, se sentirá assegurada, irá cobrar assim como cobrou cinto de segurança.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Encerrada a discussão, solicito ao Senhor Segundo secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores para votação.

Votando "sim", os Senhores Deputados aprovam e votando "não", rejeitam-na.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) – Procede à chamada.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Dou por aprovado o Projeto de Lei nº com 20 votos favorável, 02 votos contras. O projeto foi aprovado e será encaminhado ao Poder Executivo para as providência cabíveis.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 45/08, bem como o parecer da Comissão de Justiça e Redação Final, de autoria da Deputada **Socorro Simões**, e o Parecer da Consultoria Jurídica.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) – (Lido o Projeto de Lei nº 045/08 e o Parecer da Comissão, e o Parecer da Consultoria Jurídica).

O Senhor Deputado **Flávio Chaves** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, para darmos continuidade à Ordem do Dia, solicito a prorrogação da sessão pelo tempo necessário.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Acatamos o requerimento verbal do Deputado **Flávio Chaves,** portanto fica prorrogada a sessão dentro do prazo regimental.

Coloco em discussão o Projeto de Lei.

A Senhora Deputada **Socorro Simões** – Senhor Presidente, o projeto de lei diz: que os produtos apreendidos pelo Estado e pelos seus órgãos de competência sempre que possível, os produtos perecíveis sejam doados a instituições filantrópicas, ou de caridade, centro de atendimento, escolas e creches, para evitar que, no nosso Estado com tantas pessoas carentes, passando necessidades, esses produtos vinham apodrecer num depósito. São produtos perecíveis, presos pelo Estado. Estamos aqui ajudando dar transparência ao nosso governo do que é feito com esses produtos apreendidos na fronteira, uma vez que o nosso Estado faz fronteira com dois países.

Então, peço colaboração dos Senhores Deputados que olharem com atenção esse projeto sobre alimentos, comida que vai matar a fome de muitas crianças carentes em creches, e pessoas necessitadas desses produtos. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Rodolfo Braga** – Senhor Presidente, quando da análise do projeto, nós iríamos fazer uma emenda no caput, uma emenda autorizativa, mas ao observar o projeto com mais atenção, se observa no parágrafo único, onde diz "O poder Executivo regulamentará os procedimentos de incorporação de modo a garantir a publicidade e eficácia da medida". Então, quando ele regulamentar esse projeto, o governo vai dizer como fazer. É por esse motivo que nós derrubamos o parecer contrário. Então, pela admissibilidade, voto a favor do projeto também.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** – Bom, no bojo do projeto não diz que ele é autorizativo, mas num parágrafo, mais abaixo, diz que o Governo vai fazer a regulamentação.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, já tive a oportunidade de participar da comissão que discutiu o projeto, e não gostaria de falar da importância dele, à intenção da Deputada **Socorro**, mas eu sugeri à Deputada **Socorro**, não só ao projeto dela, e mais de e outros também que a gente o fizesse autorizativo, através de emenda, para que o Executivo pudesse encaminhar. Quando diz no bojo do projeto que o Governo do Estado regulamentará, não tira o caráter da

inconstitucionalidade, porque a inconstitucionalidade é formal, é competência privativa o encaminhamento ou legislar sobre a matéria, não é competência do legislativo. Então, ele não deixa de ser inconstitucional por isso. Poderia ser um projeto de autorizativo ou de indicação da Deputado **Socorro**.

Tenho dito muito aqui, talvez por isso tenho sido tachada como chata, mas houve aqui na Assembleia Legislativa o veto de muitos projetos por parte do executivo, porque os projetos que aprovamos aqui, são encaminhados para a Procuradoria Geral do Estado e eles são analisados do ponto de vista da constitucionalidade. Depois, inúmero deles tem voltado com o veto do executivo, assim se perde a oportunidade de se ter um projeto bom, como este, aprovado, encaminhado pelo executivo, agente perde a oportunidade de ter aprovado em vigência um projeto de importância como o da Deputada **Socorro**.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** -Presidente, quando fui designado relator dessa matéria, eu acompanhei o parecer jurídico da Casa, fazendo estudo da matéria que entendia da invasão de privacidade dos poderes. Nós sabemos que, quando a Polícia Federal apreende uma aeronave, por determinação da lei, ela pode fazer um comandado ou uma doação restrita com a responsabilidade do bem sobre quem recebe, já sabemos que isso aconteceu várias vezes no Estado.

Tem 03 pareceres neste projeto. É um projeto, na verdade a gente está querendo entender o pensamento do autor do projeto, que é louvável, mas não podemos ficar fazendo com que vá e volte, desrespeitando, inclusive, a vontade do próprio parlamentar que é de fazer a sua indicação.

Então, temos o parecer contrário do relator, em seguida tem o da Comissão de Financia, depois foi nomeado novo relator, após ter sido derrubado na comissão,o Deputado **Jalser** que continua com o mesmo pensamento da não aprovado do projeto.

Mas, hoje eu vejo a coisa de uma forma diferente, como o direito do Deputado em legislar, mas digo de imediato, a Deputada **Socorro** tem que ter uma fonte de informação muito grande para apresentar bastante projetos nesta Casa, mas eu ainda continuo com o mesmo pensamento sobre o projeto em relação à sua inconstitucionalidade, não gostaria que a Deputada passasse pelo constrangimento desse projeto voltar vetado do Governo.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, queria aqui louvar e aplaudir a iniciativa da Deputada **Socorro.** Afirmo, sem medo de errar, a sua legalidade, sua constitucionalidade. Nós temos que acabar com isso, que tudo que foi aprovado aqui vai ser inconstitucional, isso não onera despesa, o que a Deputada **Socorro Simões** quer fazer é saber a origem do material apreendido, pois a forma de como estava sendo distribuída, era totalmente errônia, não estava atendendo as classes que poderiam ser beneficiadas. E nós queremos saber onde esse produto apreendido está sendo distribuído. Então, há legalidade, parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, da mesma forma, louvo a iniciativa da Deputada **Socorro.** Chamo atenção para os nobres pares o seguinte aspecto: de que forma é feita hoje? O Estado quando apreende produtos perecíveis, é natural que ele procure atender algumas instituições filantrópicas, por que vai deixar desperdiçar? Mas o gestor da pasta faz por iniciativa e vontade própria. O que a Deputado **Socorro** está fazendo só e somente só tentar disciplinar, tentar obrigar os gestores fazer isso com mais responsabilidade. Que faça atender também aqueles que mais precisam, estamos ainda exercitando a caridade, atendendo aqueles mais necessitados, quer seja através das instituições que agregam esses mais necessitados, ou entidade filantrópica. Portanto, eu acho que nós aqui não estamos cometendo nenhum pecado, nem constitucional e nem jurídico. Nós estamos simplesmente normatizando aquilo que corriqueiramente acontece na administração pública estadual, como acontece na administração pública municipal, dando oportunidade ao Governo normatizar, regulamentar como operacionalizar essa distribuição. Então, Deputada **Socorro,** o meu aplauso e meus parabéns pelo projeto de Vossa Excelência.

A Senhora Deputada **Marília Pinto** – Senhor Presidente, toda vez que nós nos encontramos com os representantes da UNALE, a discussão que a gente mais ouve é a falta de possibilidade do legislativo estar trabalhando de maneira eficiente. Eu vejo assim, não é por isso que nós vamos extrapolar o que nos parece direito. Mas o projeto da Deputado **Socorro** não cria despesas diretas. Então não vejo porque ser contrário. Segundo, descordo da questão de invasão de competência porque, como muito bem disse o Deputado **Braga**, ela teve o cuidado de colocar no parágrafo o Estado é quem vai regulamentar as ações, ela está só sugerindo que isso seja feito de uma maneira clara. E, aí, não vou mencionar o nome do santo porque não cabe, mas há um tempo atrás, nós ouvíamos falar de situações da polícia civil, por exemplo: algumas pessoas se colocavam como possíveis candidatos às eleições, e bicicletas, coisas que eram apreendidos, foram distribuídos para os eleitores. Então, concordo com os Deputados **Flamarion Portela, Chicão,** sobre o que a Deputada está querendo é dar disciplina a uma questão, que inclusive há pouco tempo já foi matéria de discussão polêmica em relação ao dos matérias apreendidos.

Então, Deputado concordo com Vossa Excelência, a iniciativa é boa, acho que a gente tem que começar a ter um pouco de ousadia em mudar essa ordem.

O Senhor Deputado **Laia** – Senhor Presidente, fui o relator dessa matéria, e disse que temos que ter ousadia, nós temos algumas coisa para fazer nesta Casa. E esse projeto é bom para o Estado. Nós temos hoje mais de 200 carros presos, mas sabemos onde vão parar. Esse projeto, se aprovado, vamos saber, pois vão ser beneficiadas as pessoas que precisam. Parabéns, Deputada **Socorro,** eu acho que nós estamos no caminho certo.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Quero parabenizar a Deputada pelo Projeto, é louvável, pois vai ajudar muita gente, como creches, escolas, que irão consumir esses produtos.

O Senhor Presidente **(Chico Guerra)** – Em votação o projeto.

A votação será nominal, votando "sim", os Deputados aprovam a matéria e "não", rejeitam-no.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

A Senhora Primeira Secretária **(Marília Pinto)** – procedida à chamada.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – pede justificativa de voto – Quero parabenizar a Deputada **Socorro** pela iniciativa, como já foi dito, a intenção dela é só disciplinar, para que os órgãos fiscalizadores consigam em tempo mais rápido para que os produtos perecíveis não venham a se estragar, enquanto as pessoas estão passando fome. Então, sou favorável.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** pede justificativa de voto – Senhor Presidente, o meu relatório final foi contra, o resultado do meu voto não interferirá, porque o projeto já está aprovado, eu louvo a iniciativa da Deputada **Socorro**, mas continuo ainda para que esta casa não entre no mérito da inconstitucionalidade. Portanto, sou contra o projeto.

O Senhor Presidente **(Chico Guerra)** – Declaro aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 045/08, que dispõe sobre a doação de produtos apreendidos no Estado de Roraima, nos termos em que especifica, de autoria da Deputada **Socorro Simões**, por 18 votos favoráveis, dois contras e nenhuma abstenção.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Senhor Presidente, gostaria de informar aos Senhores Deputados que a CPI da Tarifa de Energia Elétrica, da Câmara Federal, chega ao Estado de Roraima ao meio-dia. E a partir das 15:00h de amanhã dia 10, se realizará Audiência Pública, envolvendo os Deputados Federais, autoridades da CERE, CAER, Ministério Público, Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa, o local é a Câmara Municipal de Boa Vista.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, gostaria de convidar os membros da Comissão Especial que analisa o Projeto de Regularização Fundiária, para uma reunião às quinze horas para dar celeridade ao Projeto.

E comunico aos membros da Comissão de Educação que a Audiência Pública com os professores está agendada para próxima segunda-feira, às 15h.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Solicito aos membros da Comissão, criada para analisar o Projeto de Regularização Fundiária, que estejam presentes no Plenário impreterivelmente às 15h, para aprovarmos o relatório na comissão final.

Queria também parabenizar a classe dos médicos veterinários, meus colegas de formação pela passagem do seu dia.

Quero dizer que o Deputado **Erci de Moraes** e eu estivemos cedo no SEBRAE no evento de abertura da semana do médico veterinário, vai ser uma semana de debate, no sábado haverá uma exposição nas Praças das Águas, com os serviços dos médicos veterinários, serviços que eles prestam no Estado. Então, queria render as nossas homenagens aos médicos veterinários do Estado de Roraima. Muito obrigado.

A Senhora Deputada **Marília Pinto** – Gostaria de avisar aos membros da Comissão de Direitos da Mulher que hoje nós teríamos uma reunião após a sessão plenária, porque temos um projeto que tem que ser avaliado e votado, mas como precisamos voltar às 15h, peço aos Senhores Deputados que amanhã, ao término da Sessão, possamos rapidamente nos reunir para não acumular projeto.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente, só a título de informação, a comissão de educação esteve em Rorainópolis neste final de semana. Ontem, recomeçaram as aulas na Escola Padre Eugênio Possa Maia no Município, quando dos 38 alunos, 32 estavam retornando às aulas.

O Senhor Presidente **(Chico Guerra)** - Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente ao encerrar a Sessão, convocou outra para o dia 10, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Erci de Moraes, Flávio Chaves, Flamarion Portela, Ivo Som, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Laia, Lúcia Peixoto, Marcelo Cabral, Marília Pinto, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodolfo Braga, Ronaldo Trajano, Sargento Damosiel, Socorro Simões, Tião Portella e Zé Reinaldo.**

Aprovada Ata Sucinta em: 10/09/09